

Texto aprovado em plenário vai perder 35 artigos



Josemar Gonçalves

No primeiro dia de recesso, os corredores do Congresso ficaram vazios e as crianças puderam até brincar nos tapetes

Ulysses impõe respeito aos constituintes

Não importam as diferenças ideológicas, nem as desavenças diárias entre os 559 constituintes. O deputado Ulysses Guimarães exerce uma autoridade absoluta e incontestada com seu estilo professoral de conduzir os trabalhos da Constituinte. Há quemouse contestá-lo ou esbravejar contra sua autoritarismo mas Ulysses enfrenta estes atos com bom humor, máximas latinas ou com mais um pouco de autoridade.

A imagem que muitos constituintes fazem da Constituinte é de uma sala de aula conduzida por um rígido professor. Em todas as ocasiões Ulysses deixa a presidência da Constituinte para substituir o presidente José Sarney, sua autoridade fica demonstrada. "O próprio Ulysses, como bom professor que é, deveria ter preparado um bom substituto para não paralisar a sala de aula", queixou-se a deputada Beth Azize (PSDB-AM), durante a última ausência do deputado.

Absoluto

Apesar deste tipo de pedido, Ulysses reina absoluto. "Se o Dr. Ulysses sai, nem o computador funciona", constatou o irônico deputado petista José Genoíno (SP), ao lembrar-se de um defeito ocorrido num dos afastamentos do presidente. Mesmo com as críticas, nenhum parlamentar pensou em substituí-lo na condução de qualquer votação.

Professor de latim em escolas públicas de São Paulo, Ulysses teve sua primeira eleição à Câmara dos Deputados, em 1950, as normalistas. Como deputado estadual, ele conseguiu equiparar o curso normal ao científico, permitindo o acesso das professoras às universidades. Até a década de setenta, Ulysses continuou subindo em estrados de salas, dando aulas de Direito Internacional Público e Direito Constitucional.

Em dias amenos, Ulysses reveste seu autoritarismo até mesmo de máximas latinas como fez com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que por se ausentar alguns minutos do plenário, viu prejudicada a votação de uma de suas emendas "dormient jus non succurrit", disse Ulysses. Vertendo: o direito não socorre aquele que dorme. Uma forma elegante de falar: marcou, dançou.

Proposta

Ao tentar dissuadir o senador João Menezes (PFL-PA) de subir a tribuna para defender uma emenda sem chances de aprovação, o professor Ulysses disse apenas: "As vezes, o melhor é não sustentar". Mesmo assim, o senador insistiu e viu o plenário derrubar a proposta. Mas seu lado mais irascível tem predominância maior em meio a vontade de agilizá-la votação para que a promulgação da nova Constituição se dê o mais rápido possível.

"A questão de ordem já está resolvida. Eu disse que já resolvi. E estou lendo a emenda seguinte", disse, interrompendo o deputado Chico Humberto (PDT-MG), que insistia em se rebelar contra uma avaliação da Mesa.

Em seu décimo mandato na Câmara dos Deputados Ulysses só aceita ver sua autoridade contestada pelo senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), um mestre que faz papel de aluno rebelde. Arinos não respeita o tempo estabelecido aos oradores e fala até se cansar ou irritar a platéia-plenário. Impassível, Ulysses não interrompe o discurso ou toca a campainha, alertando o senador.

Se alguém pede pressa, aí sim pode acionar a campainha. Este socorro foi prestado pelo deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que solicitou a atenção aos constituintes na última quarta-feira, recebendo um agradecimento bem-humorado de Ulysses: "Amém. Quando encontro um santo só posso dizer amém".

Faltam 129 assinaturas para a Câmara ter a convocação extra

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), ainda não conseguiu coletar as assinaturas suficientes para a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso que começou ontem. Até a última quinta-feira, apenas 130 deputados haviam assinado a lista para que o Congresso volte a funcionar no próximo dia 18, ou 13 dias antes do prazo normal. São precisas 325 assinaturas na Câmara. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-SP), informou que no Senado, a maioria absoluta dos parlamentares já assinou o pedido de convocação.

Com a entrada do recesso, que normalmente se estenderia até

31 deste mês — os corredores e gabinetes estavam vazios, ontem, no Congresso. Os plenários da Câmara e do Senado estavam fechados, o que frustrou um grupo folclórico de Santa Catarina, que veio a Brasília para dançar na Feira dos Estados e aproveitou para conhecer o prédio do Legislativo: Em vez dos lobistas, eram os integrantes do grupo folclórico que circulavam ontem pelo tapete verde, admirados com o prédio projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Quase todos os líderes já haviam viajado, ontem, para seus Estados. O do PMDB no Senado, senador Ronan Tito (MG), era dos poucos parlamentares que ainda estavam em Brasília.

Senado alcançou maioria

O líder do PMDB no Senado, senador Ronan Tito, encaminhou ontem ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, o pedido de convocação extraordinária do Congresso no período de 18 a 31 de julho. O documento, assinado por 50 senadores (mais de 2/3 da Casa), foi uma iniciativa do líder no Senado. O líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, está tentando o apoio de dois terços dos deputados (325 assinaturas) para tornar a convocação automática.

"Há mais de cem documentos no Senado e cerca de 700 leis na Câmara para serem apreciados. Alguns são de importância fundamental e do interesse tanto do Legislativo quanto do Executivo, como é o caso da questão do

congelamento da URP, do preenchimento de vagas nos tribunais e a questão dos empréstimos aos Estados e municípios", explicou Tito.

Na matéria referente aos empréstimos, segundo lembrou o líder, deverá haver um entendimento entre o Senado e o Executivo, na medida em que as bancadas de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo ameaçam obstruir a pauta, se os empréstimos a seus Estados não forem aprovados.

Ronan Tito acrescentou que a convocação extraordinária do Congresso não implicará em despesas para a União. "Não será preciso pois nós estaremos em franca atividade na Constituinte e estaremos recebendo, já, por estes serviços", concluiu.

Aureliano é exortado a sair do Ministério

Um grupo de parlamentares da ala governista do PFL foi esta semana ao ministro Aureliano Chaves pedir que ele deixe o Ministério das Minas e Energia tão logo seja promulgada a nova Constituição. A informação é do primeiro vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que relatou ainda ter recebido um telefonema do ministro, na noite de quinta-feira, pedindo-lhe que inicie um trabalho a favor do adiamento da Convenção Nacional do partido, marcada para 15 dias após a promulgação da Carta.

O próprio Aureliano Chaves já manifestou sua disposição de deixar o ministério após a Constituinte, mas os pefelistas querem assegurar desde já que isso se torne um compromisso como forma de dar ao partido uma opção de candidatura à Presidência da República. O deputado Inocêncio Oliveira observou que não pode falar por seus companheiros de sigla, mas garantiu que a ala governista "vê com bons olhos" a saída do ministro, para garantir não apenas essa alternativa de candidatura como também para assegurar a unidade do PFL, que estaria sendo ameaçada pelo movimento dissidente iniciado pelo senador Marco Maciel.

Rompimento

Inocêncio disse que um grupo que ainda não quer se identificar visitou o ministro para fazer esse pedido, "que ele recebeu sem nenhuma hostilidade, dispostos inclusive a aprofundar a discussão da idéia". Segundo o parlamentar, o que foi combinado é que a saída de Aureliano não terá nenhuma conotação de "rompimento" com o Governo Sarney de quem o PFL continuaria um aliado. Para vencer o ministro de que a estratégia é correta — relatou Inocêncio — os parlamentares argumentaram que a campanha seria feita em cima do conceito de "moralidade" e "credibilidade" do homem público,



Aureliano admite sair breve

que seria personificado por Aureliano em seu gesto de deixar o Governo. "Os deputados lembraram ao ministro — disse Inocêncio — que Anjo Quadros elegu-se Presidente da República montado numa vassoura, exatamente por representar, na época, esse conceito de moralidade e credibilidade, que pode criar uma empenhagem acima dos partidos políticos".

Antigo aliado de Marco Maciel em Pernambuco, o deputado Inocêncio Oliveira opôs-se à ideia do presidente do PFL de lançar uma chapa dissidente na convenção, por considerar que isso determinará a divisão do partido. Inocêncio disse que Aureliano voltou a demonstrar essa mesma preocupação durante o telefonema, enfatizando que seria muito arriscado expor a sigla a essa divisão às vésperas das eleições municipais. Inocêncio enfatizou que, apesar de Maciel ser contra o adiamento, terá que aceitá-lo se este for o desejo da maioria do partido, acrescentando que espera apenas o retorno de José Lourenço para iniciar a articulação. Os governistas querem a convenção após as eleições municipais.

Enquanto o Congresso estiver em recesso, e a Constituinte sem votações, Ronan Tito trabalhará um pouco em Brasília, um pouco em Minas, junto às suas bases. "Na base, a gente trabalha muito mais".

Emendas

Assim como o líder peemedebista, a quase totalidade dos parlamentares deverá aproveitar o período que se estende até o próximo dia 20 — quando deverão reiniciar as votações da Constituinte — para trabalhar junto às bases. Mas a abertura do prazo de apresentação de emendas, provavelmente ainda esta semana, poderá trazê-los mais cedo a Brasília. Pelo menos é nisso que aposta o senador Humberto Lucena, para conseguir coletar as 195 assinaturas que ainda restam, para a convocação extraordinária do Congresso, no próximo dia 18.

As atenções, que nesses cinco meses de votação estiveram voltadas para o gabinete da liderança do PMDB, onde se realizaram praticamente todas as negociações, e para o plenário da Câmara, serão dirigidas, nas próximas duas semanas, ao trabalho do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Até mesmo o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), não será visto andando pelo Congresso seguido por muitos jornalistas. Ele estará despachando no Palácio do Planalto, até o próximo dia 9, quando o presidente Sarney retorna da China. Ontem, além do grupo catarinense, um rádio com o volume alto, instalado no cafezinho da Câmara, quebrava o silêncio dos corredores, no primeiro dia de recesso do Legislativo.

Mesquita diz que Ilha pode perder verbas

Recife — O governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, visitou ontem o governador Miguel Arraes e a saída declarou que não vai fazer nenhum esforço para que no segundo turno da Constituinte seja suprimida a emenda que anexou o arquipélago ao Estado de Pernambuco.

Ele disse ter consciência de que a votação foi "política", com o objetivo de atingir-lo e também ao presidente José Sarney, a quem é muito ligado. Além disso, atribui a aprovação da emenda à falta da mobilização das lideranças políticas do Governo.

Fernando César analisou durante meia hora com Arraes a situação do arquipélago. Ele disse ao governador de Pernambuco que a manutenção do território requer vultosos investimentos que somente a União está em condições de arcar. Relatou, por exemplo, que já havia assegurado recursos de Cz\$ 7 bilhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE) até o final do governo Sarney, mas agora essas transferências deverão ser sustadas com a anexação do território a Pernambuco.

Outra questão que Fernando César analisou com Arraes foi a futura denominação do arquipélago, que a emenda aprovada não esclarece se será município, ou território agregado, e que destinação terá os bens patrimoniais pertencentes à União.

Protesto

A população de 1.500 ilhéus de Fernando de Noronha está mobilizada contra a anexação do arquipélago ao Estado de Pernambuco. De quinta-feira à noite, quando houve um ato público, até ontem pela manhã, na Vila dos Remédios, o protesto não parou.

Fernando César Mesquita ainda estava em Brasília, mas autorizou a ida do avião do governo do Território ao Recife para levar jornalistas à ilha, "única forma de mostrar aos constituintes que os ilhéus estão revoltados".

O relator da Constituinte, Bernardo Cabral, pretende excluir as inúmeras contradições e redundâncias incluídas no texto permanente aprovado no primeiro turno, para reduzir de 265 a no máximo, 230 artigos. A revelação é do relator-adjunto, senador José Fogaça, ao confirmar ontem que o processo de "enxugamento" do texto está em ritmo acelerado e garantir que, segunda-feira, o presidente interino da Constituinte, deputado Mauro Benevides, já terá em mãos a redação final para votação no segundo turno.



corrigir questões de linguagem, estrutura de texto e subdivisão de matérias. Para tanto, o processo de enxugamento obedece a critérios de técnica legislativa. Fogaça explicou que vários parágrafos não estão inteiramente subordinados ao artigo, sendo necessária sua transformação em artigo.

Texto conciso

O relator-adjunto informou que para reduzir a numeração está sendo evitado que, para os enunciados enumerativos, sejam usados os textos contínuos, mas sim, divididos em incisos (algarismos romanos) ou em alíneas (letras de alfabeto). Fogaça contou que foram separados textos ininteligíveis, mas Cabral recebeu recomendação para não encaminhar solução para o texto. "O autor do texto será consultado e recomendado a apresentar uma emenda corretiva", disse Fogaça, evitando apresentar um exemplo.

Outro critério usado pelos relatores é a exclusão de sinais de pontuação (ponto e vírgula e ponto final) no interior do texto do artigo. Neste caso, a opção é pelo desdobramento do artigo ou pela sua subdivisão em inciso ou parágrafo. "Vamos construir um texto conciso e mais simples de ser interpretado", garantiu Fogaça. Outra medida adotada pelos relatores é transferir para o texto permanente todo aquele dispositivo instalado nas Transitorias, e vice-versa. Segundo o senador, toda a expressão «contor» sendo disposta no caput (do artigo) será suprimida. «A Constituição não pode ser repetitiva», disse.

Jobim prevê ritmo acelerado

Porto Alegre — O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), previu ontem, em Porto Alegre, que as votações da Constituinte em segundo turno ocorrerão em ritmo "acelerado", devendo prolongar-se por cerca de 20 dias. Como as votações devem começar, segundo Jobim, entre os dias 18 e 20 deste mês, a nova Carta estará pronta em meados de agosto.

Por outro lado, o líder peemedebista considerou que no segundo turno não serão promovidas grandes alterações no texto já aprovado. "O que foi produzido no primeiro turno é resultado de negociações assunto por assunto", argumentou Nelson Jobim, frisando que as matérias foram aprovadas com médias muito elevadas de votos — entre 340 e 350. Além disso, observou

que, para a promoção de alguma modificação em segundo turno, são necessários 280 votos favoráveis — ou seja, se as emendas corretivas não alcançarem esse índice, automaticamente fica mantido o texto aprovado em primeiro turno.

Nelson Jobim comentou, ainda, que o presidente da Constituinte pretende promover votações "de manhã, de tarde e de noite". Acrescentou que as negociações não serão complexas, "pois não é preciso produzir nenhum texto novo". Entre as matérias passíveis de alteração, segundo o líder do PMDB na Constituinte, está a anistia de parte das dívidas de pequenos empresários e produtores rurais contraídas durante o Plano Cruzado. Jobim disse acreditar que a amplitude da anistia possa ser reduzida, mas não adiantou em que termos.

Sabóia defende as correções

Rio — O ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, acha que muitos pontos ainda terão que ser revistos na segunda etapa da Constituinte, por não atenderem aos anseios da sociedade. Na sua opinião, a primeira fase foi satisfatória para os militares, que conseguiram excluir pontos considerados polêmicos, como a anistia aos punidos. O ministro não quis dizer quais os pontos que considera falhos, mas prometeu se empenhar pessoalmente junto aos constituintes. A declaração foi feita ontem, no Rio, na posse do novo comandante de Operações Navais e diretor de Navegação da Marinha, almirante-de-esquadra Renato de Miranda Monteiro.

No que diz respeito aos assuntos diretamente ligados às Forças Armadas, Sabóia disse que "os pontos principais foram perfeitamente compreendidos". Para o ministro, as Forças Armadas são apenas uma parcela da sociedade Brasileira: "Não tem muito cabimento dizer que, se a Constituinte atendeu a es-

Sabóia defende as correções



Sabóia: militares satisfeitos

ses pontos, nos achamos, por causa disso, que não há necessidade de retocar alguns outros pontos que, no nosso entendimento, devem ser examinados porque parecem não atender completamente aos anseios da sociedade.

Mineração fica nacionalizada

A nacionalização da mineração no Brasil não deverá ser suprimida do projeto constitucional aprovado no primeiro turno de votações se prevalecer o acordo firmado pela maioria das lideranças partidárias da Assembleia Nacional Constituinte e encaminhado a presidência da mesa. O acordo diz que "As lideranças abaixo firmadas se comprometem a não apoiar ou encaminhar contra qualquer emenda supressiva no 2º turno relativa ao art. 206-205 do Projeto A — do texto permanente e outra fusão". Assinaram-no José Lourenço (PFL), Nelson Jobim (PMDB), José Bonifácio de Andrada (PDS), Luiz Salomão (PDT), José Genoíno (PT), Siqueira Campos (PDC), Fernando Santana (PCB), Aldo Arantes (PC do B), Adolfo Oliveira (PL) e Messias Soares (PTR).

O acordo fez parte das negociações que permitiram a aprovação, dentro das Disposições Transitorias, de dispositivos que dá prazo de quatro anos, a partir da promulgação da nova Constituição, as "atuais empresas brasileiras, titulares de autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais em vigor para nacionalizarem-se. Apesar desse acordo, o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) prevê que "eles vão à guerra", referindo-se aos constituintes que não aceitam a nacionalização da mineração nos termos em que foi aprovada no primeiro turno.

No último dia de votações do primeiro turno, 30 de junho, o senador Roberto Campos (PDS-MT) criticou severamente a nacionalização da mineração. E, segundo Gabriel Guerreiro, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) promete combatê-la por ocasião das votações do segundo turno.

Anteprojeto retira a censura federal da PF

Já está pronto o anteprojeto que cria o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Expressão, em substituição ao atual Conselho Superior de Censura (CSC), e que decretará o fim da censura na área da Polícia Federal. O anteprojeto foi sugerido pelo Conselho Superior de Censura, que também desaparecerá, e será adequado à legislação ordinária, se aprovado pelo Presidente da República.

O novo Conselho não exercerá o poder da censura às obras de arte, mas terá a tarefa de fazer a classificação etária e vincular essa faixa de idade aos horários de exibição dos programas de tele-

visão. O ministro interino da Justiça, José Fernando Eichenberg, disse que nesse aspecto, as telex poderão exibir filmes impróprios para menores de 18 anos a partir da meia-noite, sem cortes, desde que liberados pelo Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Expressão.

O anteprojeto, ao extinguir a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), do Departamento de Polícia Federal (DPF), e criar um novo Conselho, centraliza no ministério da Justiça a incumbência de, dentro das normas do novo texto constitucional, classificar as obras de arte por faixas etárias de 10, 14, 16 e 18 anos.